

REVISTA  
P O R T U G U E S A D E  
CONTABILIDADE

**TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS SOCIEDADES:  
COMPARAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ANGOLA**

2013 | vol. III | nº 011 | pág. 000-000

Carlos Alberto Valente dos Anjos  
Docente ISCA-UA  
GOVCOPP

Rita do Céu Martins Pereira Nunes  
Mestre em Contabilidade - Ramo Fiscalidade ISCA-UA  
Chefe de Finanças Adjunta

Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz  
Doutorado em Contabilidade  
Docente ISCA-UA

# TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS SOCIEDADES: COMPARAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

## ÍNDICE

Resumo .....	3
1_Introdução .....	4
2_Tributação das Sociedades Portuguesas e Angolanas .....	8
3_Exemplo Prático .....	17
4_Conclusões .....	23
Referências Bibliográficas .....	25

## Ficha Técnica

### **Título**

Revista Portuguesa de Contabilidade

### **Director**

Hernâni Olímpio Carqueja

### **Subdirector**

Bruno Miranda Alves Pereira

### **Editor**

Ginocar Produções, Lda.

NIPC: 501 736 026

### **Sede de Redacção**

Rua Eng.º Ferreira Dias, 370 - 1.º

Apartado 8012 • 4100-246 Porto

Telf.: 22 339 40 30 • Fax: 22 339 40 39

[www.revistadecontabilidade.com](http://www.revistadecontabilidade.com)

[encomendas@revistadecontabilidade.com](mailto:encomendas@revistadecontabilidade.com)

### **Propriedade**

Ginocar Produções, Lda.

### **Execução Gráfica/Impressão**

[www.Ginocar.pt](http://www.Ginocar.pt)

Rua Eng.º Ferreira Dias, 370 - 1.º

Apartado 8012 • 4100-246 Porto

### **Tiragem**

2000 Exemplares

### **Periodicidade Trimestral**

**SETEMBRO/2013**

**ERC** 126037

**ISSN** 2182-2042

**DEP. LEGAL** 327583/11

# TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS SOCIEDADES: COMPARAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

## RESUMO

O imposto sobre o rendimento das sociedades representa um fator importante para as empresas que pretendam apostar na internacionalização e atrair capitais para os seus países. Angola é um país cuja economia se encontra em franco crescimento. Além do intenso investimento que aquele país tem realizado em Portugal, há também a questão de Angola ser um dos locais preferenciais de investimento de muitas empresas portuguesas. O presente estudo tem como objetivo identificar as diferenças de maior relevância no âmbito deste imposto entre Portugal e Angola e perspetivar quais os seus impactos. Em Portugal, este imposto caracteriza-se por existirem benefícios fiscais excessivos e por ter uma taxa nominal elevada, o que não é benéfico em termos de concorrência fiscal internacional. Em Angola, há a considerar o desagravamento fiscal operado nos últimos anos, a simplificação do processo tributário e a implementação de um sistema geral tributário. Porém, também este país consagra inúmeros benefícios fiscais e uma taxa nominal igualmente alta, sendo premente o alargamento da base tributária e a celebração de Convenções de Dupla Tributação.

# 1\_INTRODUÇÃO

Angola é um país que oferece inúmeras oportunidades para as empresas portuguesas, que assumem já um lugar de destaque na economia angolana. Na verdade, durante os últimos anos, Angola transformou-se num dos principais parceiros comerciais de Portugal, sendo atualmente o nosso maior cliente fora da Europa. Pela análise do quadro 1 podemos perceber que o nosso país tem sido o principal fornecedor de Angola, tendo representado 21,4% das importações angolanas em 2011. À exceção da França e do Reino Unido, todos os outros países aumentaram o valor das exportações para Angola naquele ano, relativamente ao ano transato. Ressalta ainda, em 2011, o significativo aumento da quota de Portugal, bem como a da China, que se têm aproximado gradualmente.

**Quadro 1 - Origem das importações angolanas**

MERCADO	2009		2010		2011	
	QUOTA %	POSIÇÃO	QUOTA %	POSIÇÃO	QUOTA %	POSIÇÃO
Portugal	18,5	1. <sup>a</sup>	16,9	1. <sup>a</sup>	21,4	1. <sup>a</sup>
China	14,2	2. <sup>a</sup>	13,3	2. <sup>a</sup>	18,3	2. <sup>a</sup>
Estados Unidos da América	8,4	3. <sup>a</sup>	8,6	3. <sup>a</sup>	9,9	3. <sup>a</sup>
Brasil	7,9	4. <sup>a</sup>	6,3	4. <sup>a</sup>	7,1	4. <sup>a</sup>
África do Sul	4,0	8. <sup>a</sup>	4,7	8. <sup>a</sup>	5,9	5. <sup>a</sup>
França	4,5	6. <sup>a</sup>	5,6	6. <sup>a</sup>	5,4	6. <sup>a</sup>
Reino Unido	3,1	10. <sup>a</sup>	5,5	7. <sup>a</sup>	4,0	7. <sup>a</sup>
Bélgica	2,7	12. <sup>a</sup>	2,5	11. <sup>a</sup>	2,4	8. <sup>a</sup>
Espanha	2,9	11. <sup>a</sup>	2,5	12. <sup>a</sup>	2,4	9. <sup>a</sup>
Holanda	2,2	14. <sup>a</sup>	2,5	14. <sup>a</sup>	2,3	10. <sup>a</sup>

Fonte: ITC - International Trade Centre *in* AICEP (2012)

Confirmamos, com o quadro 2, a tendência das exportações portuguesas para Angola, em termos monetários, registando-se uma ligeira queda na exportação de bens durante os anos de 2009 e 2010, sendo que relativamente aos serviços tem-se verificado um grande incremento nas exportações.

## Quadro 2 - Exportações portuguesas para Angola

BALANÇA COMERCIAL	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações de bens	2 261 264	2 242 450	1 905 671	2 331 161	2 998 757
Exportações de serviços	683 463	685 221	816 226	1 084 988	1 332 415
<b>TOTAL DAS EXPORTAÇÕES</b>	<b>2 944 727</b>	<b>2 927 671</b>	<b>2 721 897</b>	<b>3 416 149</b>	<b>4 331 172</b>

Unidade: Milhares de euros

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal (2013) *in* AICEP (2013)

No sentido recíproco, e atendendo ao que se encontra espelhado no quadro 3, também Portugal tem visto as importações de Angola aumentarem significativamente, principalmente no que respeita à importação de bens, passando de apenas 407.996 milhares de euros, em 2008, para 1.781.471 milhares de euros, em 2012, representando um aumento de mais de 400%, para o que contribuiu o aumento da importação de combustíveis (AICEP, 2013).

## Quadro 3 - Importações de Angola para Portugal

BALANÇA COMERCIAL	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações de bens	407 996	151 089	563 452	1 177 501	1 781 471
Exportações de serviços	126 248	136 102	126 840	134 703	149 318
<b>TOTAL DAS EXPORTAÇÕES</b>	<b>534 244</b>	<b>287 191</b>	<b>690 292</b>	<b>1 312 204</b>	<b>1 930 789</b>

Unidade: Milhares de euros

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal (2013) *in* AICEP (2013)

Pela análise do quadro 4, a seguir reproduzido, é-nos possível perceber que Portugal detinha em 2011 a 7.<sup>a</sup> posição no ranking dos clientes angolanos, quando em 2009 não passava da 17.<sup>a</sup> posição. As exportações angolanas dirigem-se essencialmente à China e aos Estados Unidos da América, sendo na sua maioria petróleo em bruto.

#### Quadro 4 - Destino das exportações angolanas

MERCADO	2009		2010		2011	
	QUOTA %	POSIÇÃO	QUOTA %	POSIÇÃO	QUOTA %	POSIÇÃO
China	36,6	1. <sup>a</sup>	42,7	1. <sup>a</sup>	42	1. <sup>a</sup>
Estados Unidos da América	24,2	2. <sup>a</sup>	23,02	2. <sup>a</sup>	23,3	2. <sup>a</sup>
Taiwan	2,6	7. <sup>a</sup>	5,4	4. <sup>a</sup>	9,5	3. <sup>a</sup>
Canadá	3,0	6. <sup>a</sup>	2,9	7. <sup>a</sup>	4,2	4. <sup>a</sup>
Itália	0,1	26. <sup>a</sup>	0,7	13. <sup>a</sup>	3,5	5. <sup>a</sup>
França	8,1	4. <sup>a</sup>	4,0	5. <sup>a</sup>	3,1	6. <sup>a</sup>
Portugal	0,5	17. <sup>a</sup>	1,4	9. <sup>a</sup>	2,8	7. <sup>a</sup>
África do Sul	3,4	5. <sup>a</sup>	3,7	6. <sup>a</sup>	2,7	8. <sup>a</sup>
Alemanha	0,9	13. <sup>a</sup>	0,6	14. <sup>a</sup>	2,1	9. <sup>a</sup>
Holanda	2,5	8. <sup>a</sup>	1,5	8. <sup>a</sup>	1,9	10. <sup>a</sup>

Fonte: ITC - International Trade Centre *in* AICEP (2012)

O investimento direto estrangeiro tem um papel relevante na evolução da economia dos países. Angola tem como principal característica da sua estrutura produtiva um elevado grau de internacionalização, sendo que, e segundo a AICEP (2012), é o sétimo país no continente africano que recebeu mais projetos de investimento entre 2003 e 2011. Como nos é dado a perceber pelo quadro 5, Portugal tem investido intensamente em Angola, tendo-se, porém, assistido no ano de 2012 a uma significativa redução do investimento em relação ao ano anterior. Pelo contrário, no investimento angolano em Portugal verificou-se um aumento substancial em 2012, após uma queda no ano de 2010.

#### Quadro 5 - Investimento direto

FLUXOS	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento Direto de Angola em Portugal	49 820	116 030	32 742	70 328	341 192
Investimento Direto de Portugal em Angola	775 127	693 765	669 472	909 505	312 823

Unidade: Milhares de euros

Fonte: Banco de Portugal (2013) *in* AICEP (2013)

O investimento português em Angola tem sido sempre muito superior ao investimento angolano em Portugal. Contudo, no ano de 2012, aqueles valores aproximaram-se bastante. Assim, é-nos possível afirmar que Angola é um parceiro comercial de uma importância inegável para Portugal pelo que, num período em que o nosso país se encontra em crise e a economia portuguesa tem decrescido significativamente, é importante o incremento das exportações portuguesas e o incentivo à internacionalização das empresas. Angola poderá, deste modo, compensar as nossas empresas pela baixa de produção a que se têm obrigado nos últimos tempos.

A ligação histórica existente entre os dois países propicia a que subsistam relações comerciais e de cooperação. Presentemente, numa época de forte expansão económica e de internacionalização da sua economia, Angola tem apostado fortemente em Portugal, assim como Portugal tem visto as suas empresas a investirem naquele território. Por isso, não obstante razões históricas, interessa perceber outras motivações que justifiquem este cenário. Atendendo a que a fiscalidade é um fator que pode influenciar as decisões de investimento afigura-se-nos de elevada importância estudar o imposto sobre as sociedades, no qual se fará uma comparação entre Portugal e Angola, aferindo das suas diferenças essenciais e concluindo sobre as consequências fiscais. Atente-se que em Angola existe legislação fiscal específica para as atividades mineiras, que não será tida em consideração, uma vez que em Portugal não existem impostos semelhantes que permitam a comparação.

## **2\_TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES PORTUGUESAS E ANGOLANAS**

Seguidamente comparamos o imposto sobre o rendimento das sociedades residentes, que exercem a título principal uma atividade económica, em Portugal com aquele que vigora em Angola, com a finalidade de evidenciarmos as semelhanças e diferenças na tributação destes sujeitos passivos. Para uma análise mais detalhada por país consulte-se, por exemplo, Nunes (2012).

### **2.1\_CARACTERÍSTICAS GERAIS**

Ao nível das características gerais, o único aspeto diferenciador dos dois impostos é o facto do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ser um imposto global, que incide sobre um conjunto de rendimentos procedentes de diversas origens, e o Imposto Industrial (II) ser um imposto cedular. Sendo certo que apenas uma diferença foi encontrada neste campo, podemos considerar que a mesma não é desprovida de significado. O facto de em Angola incidirem impostos diferentes sobre rendimentos de diversas origens é penalizante para as empresas, que veem os seus rendimentos taxados várias vezes, apesar de estarem previstas deduções.

### **2.2\_OS SUJEITOS PASSIVOS**

Da análise comparativa aos dois normativos fiscais, podemos afirmar que, em termos gerais, existe semelhança entre os sujeitos passivos em ambos os países, salvo uma particularidade importante - o II também tributa as pessoas singulares, no caso de estas exercerem uma atividade de natureza comercial ou industrial, tal como se encontram definidas no respetivo código. De referir que segundo a perspetiva de Sanches e Gama (2010), o facto de pessoas singulares serem tributadas no âmbito de um imposto que se encontra organizado para tributar pessoas coletivas pode originar situações de alguma complexidade, em virtude das taxas deste imposto serem proporcionais e as do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho serem progressivas, assim como ao nível dos montantes de imposto que vão originar, uma vez que a forma de determinação da matéria coletável e da coleta é necessariamente diferente.



## 2.3\_INCIDÊNCIA

No que concerne às regras da incidência real do imposto, no quadro 6 encontram-se sistematizadas as divergências fundamentais que se verificam entre o estabelecido no CIRC e no Código do II (CII).

Quadro 6 - Diferenças na base de incidência

SUJEITOS PASSIVOS		BASE DO IMPOSTO	
		PORTUGAL	ANGOLA
Residentes	Exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola	Lucro	Lucro
	Não exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola	Rendimento Global	
Não Residentes	Com estabelecimento estável	Lucro do estabelecimento estável	
	Sem estabelecimento estável	Rendimento das diversas categorias do IRS	10% / 15%, consoante os casos, do valor do contrato

Fonte: Elaboração própria

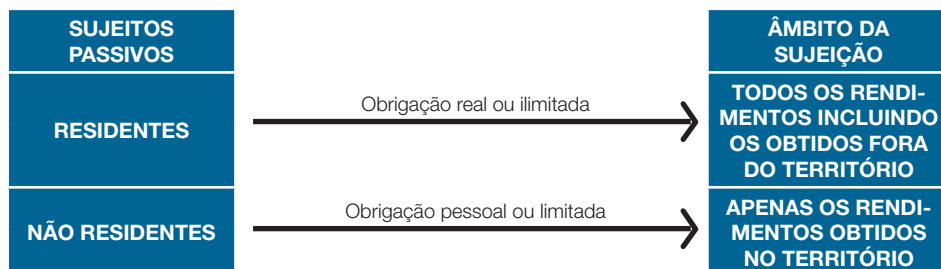
Como nos é dado a perceber pela leitura do quadro, as diferenças entre os dois normativos não são significativas. De realçar apenas dois factos:

- no universo dos sujeitos passivos residentes, o normativo português distingue aqueles que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, dos que não exercem essas atividades a título principal. Já o CII não acolhe esta diferenciação, tributando todos aqueles sujeitos passivos nos mesmos moldes;
- os sujeitos passivos não residentes sem estabelecimento estável têm um tratamento diferente ao nível dos dois normativos, sendo que em Angola, para determinação da matéria coletável é aplicada a percentagem de 10% ou 15%, consoante se trate, ou não, de construção, reparação ou conservação de bens do ativo fixo imobiliário. Só após a publicação da Lei 7/97, de 10 de outubro, estes rendimentos começaram a ser tributados, uma vez que o CII não prevê, na sua estrutura, como o fazer. Não obstante, podemos considerar a taxa aplicada como conveniente, atendendo ao facto de, a Angola, acorrerem cada vez com

mais frequência, empresas contratadas para realização de atividades, sem que ali possuam sede, direção efetiva ou estabelecimento estável.

A figura 1 mostra-nos que existe coincidência nas duas legislações ao nível do âmbito de sujeição a imposto.

**Figura 1 - Âmbito da sujeição a imposto**



Fonte: Elaboração própria

## 2.4\_BENEFÍCIOS FISCAIS

Em Portugal a despesa fiscal encontra-se inserida no Orçamento de Estado desde 1989. Porém, não obtivemos evidências de que o mesmo aconteça em Angola, pelo que estamos convictos de que no Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano ainda não é contabilizado o montante da receita perdida em consequência dos diversos benefícios fiscais que a legislação fiscal comporta. Neste sentido, a comparação torna-se difícil, senão impossível de realizar, como corrobora o grupo de trabalho encarregue de estudar estas matérias:

As comparações internacionais em matéria de benefícios fiscais são difíceis, pois escasseiam os estudos de fiscalidade comparada sobre o assunto. Por um lado, ninguém gosta de exibir as suas “armas” e, por outro, o alcance das comparações torna-se mais difícil de realizar e apreender uma vez que o real significado de cada benefício não pode ser desligado do conjunto do sistema fiscal em que está inserido (Fiscais, 2005, p. 22).

Uma outra dificuldade que a este nível é comum, consiste no facto da despesa fiscal assumir conceitos diferentes ao nível dos diferentes países (Fiscais, 2005). Porém, julgamos que a quantificação da receita que o Estado deixa de receber por via dos benefícios fiscais é um indicador extremamente importante ao nível da política fiscal, de forma a garantir a eficácia e a transparência do sistema tributário.

Em Angola não existe um diploma equivalente ao Estatuto de Benefícios Fiscais (EBF) português, pelo que em sede de II, os diversos benefícios encontram-se consagrados no próprio código, no Código Geral Tributário e em documentos avulsos.

Os dois países procuram incentivar o investimento, concedendo benefícios fiscais às empresas que apresentem projetos de investimento que sejam relevantes para o desenvolvimento da economia de cada um dos países, desde que cumpram os requisitos exigidos. Em Portugal, em sede de IRC, as empresas têm direito a um crédito de imposto, sujeito a limites anuais. Em Angola as novas indústrias usufruem da isenção total de imposto durante alguns anos e, ao abrigo da Lei do Investimento Privado, há também a possibilidade de isenção total ou parcial de II, por um certo período, dependendo da zona onde o investimento é realizado. Como nos é dado a perceber, neste campo o CIRC é mais restritivo do que o CII.

Uma temática que pela sua importância cremos ser conveniente referir novamente relaciona-se com a Dupla Tributação Internacional. Lamentavelmente ainda não foi assinada quaisquer Convenções de Dupla Tributação (CDT) com Angola. Atendendo ao investimento estrangeiro que se verifica naquele país, e em sentido inverso, ao investimento que Angola tem realizado noutros países, estamos certos que seria uma mais-valia para as empresas envolvidas. Para minorar os inconvenientes desta situação em Portugal, o EBF prevê, de forma unilateral, a eliminação, em Portugal, da dupla tributação de lucros distribuídos.

O normativo fiscal português é fértil em isenções ao nível do imposto sobre o rendimento das sociedades. Porém, para além das isenções acima referidas e que são comuns em ambos os países, as restantes isenções não encontram par na legislação fiscal angolana.

Como sustentam Sanches e Gama (2010) é grande o leque de sujeitos passivos a quem o II se aplica, porém, na prática, fruto das inúmeras isenções previstas, a aplicação das regras de incidência fica bastante restringida. Em boa verdade, tanto a lei que aprovou os incentivos fiscais e aduaneiros ao investimento privado como o próprio CII preveem tantas e tão significativas isenções, que muito embora estas tenham por escopo estimular o investimento e o crescimento económico, nomeadamente nas zonas mais desfavorecidas, põem em causa a arrecadação de imposto por parte do Estado.

Porém, também em Portugal existem benefícios fiscais que não se justificam, tendo já havido recomendação para a extinção de alguns, principalmente no que à tributação das empresas diz respeito (Fiscais, 2005). A este respeito, um estudo da OCDE sobre o sistema fiscal português aconselha Portugal a “limitar a um mínimo os numerosos incentivos fiscais de que a empresas beneficiam, sendo que aqueles deveriam ser substituídos por um sistema fiscal mais transparente” (OCDE, 2001, pp. 92,93). A tendência, porém tem sido precisamente a de reduzir os benefícios fiscais de que as empresas podem usufruir.

## 2.5\_O LUCRO TRIBUTÁVEL

Em termos gerais, existe uma grande similitude entre os normativos português e angolano, no que respeita à determinação do lucro tributável. Ambos preveem que o ponto de partida seja o resultado líquido apurado segundo as normas contabilísticas em vigor em cada um dos países. A este resultado vão ser efetuadas as necessárias correções ditadas pelas normas fiscais. Também a noção de rendimentos/proveitos é muito semelhante, havendo a salientar o facto de o CII considerar rendimentos as remunerações auferidas pelo exercício de cargos sociais noutras empresas, uma vez que o II também se aplica a pessoas singulares. Porém, o regime angolano não considera os rendimentos de imóveis se estes estiverem sujeitos a Imposto Predial Urbano, atendendo a que este é um imposto cedular, e sobre rendimentos diferentes vão incidir impostos diferentes.

## 2.6\_A DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLETÁVEL

Ambos os regimes fiscais comungam da mesma definição de rendimentos/proveitos. Diferem, contudo, quanto à noção de gastos/custos, uma vez que ao nível das condições que ambos os normativos impõem para que seja possível a sua dedutibilidade fiscal, existem alguns pontos de discordância. Sendo a indispensabilidade do gasto/custo uma exigência comum aos dois códigos, temos que no CII é necessário que o custo esteja dentro de parâmetros considerados razoáveis pela Direção Distrital de Finanças, enquanto o CIRC exige que o sujeito passivo detenha os documentos comprovativos. O abolido Código de CI também continha este conceito de razoabilidade, tendo havido, a este respeito, uma evolução favorável no CIRC. A este propósito Sanches e Gama (2010, p. 332) mencionam:

A substituição do conceito da razoabilidade pelo da necessidade de comprovação insere-se no sistema geral do novo código de determinar de forma mais densa os deveres de organização da escrita por parte das empresas e, consequentemente, de limitar a margem de decisão da Administração.

No que tange à especialização dos exercícios, muito embora o regime do acréscimo constitua uma das bases para a apresentação das demonstrações financeiras, o CII é omissivo neste aspeto. Por conseguinte, esta área, em Angola não constitui uma fonte de divergências, sendo que em Portugal acontece precisamente o contrário.

No caso das depreciações e amortizações ambos os códigos impõem limites à dedução fiscal daqueles gastos. O método aconselhado por ambos os normativos para cálculo dos valores a deduzir é o das quotas constantes, sendo possível utilizar outro, sob certas condições. As taxas de amortização permitidas variam entre a taxa máxima constante das tabelas, e a mínima, que é metade daquela. As tabelas que definem as taxas máximas são necessariamente diferentes, de molde a adaptá-las à realidade específica e às empresas de

cada um dos países, sem que, contudo, as taxas e consequentemente o período de vida útil dos bens comuns a ambas as tabelas variem significativamente.

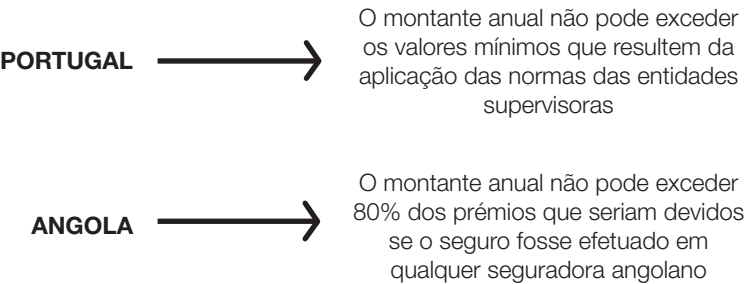
Em Portugal, atualmente, temos as figuras das imparidades e das provisões separadas, enquanto em Angola mantém-se apenas a designação de provisões, pelo que, para efeitos de comparação vamo-nos referir a este último termo.

As provisões, com exceção das constituídas para reparação de danos de carácter ambiental, das desvalorizações excecionais e das que se destinem a fazer face a encargos com garantias dadas a clientes, previstas no CIRC e que não encontram par no CII, são comuns em ambos os códigos fiscais. Porém, ao nível dos limites à dedução fiscal das provisões detetamos as seguintes diferenças:

- provisões que se destinem a fazer face a processos judiciais em curso



- provisões para a constituição de reserva técnica



- provisões para fazer face a créditos de cobrança duvidosa, com as diferenças representadas no quadro 7

Quadro 7 - Provisões para fazer face a créditos de cobrança duvidosa

	PORTUGAL	ANGOLA	
Com processo de insolvência, de recuperação de empresas ou processo de execução	100%	Taxa Anual	Limite
Créditos reclamados judicialmente	100%	2%	6%
Créditos em mora há mais de 6 meses desde a data do vencimento	entre 25% a 100%	a aplicar ao valor anual de clientes	

Fonte: Elaboração própria

- provisões para fazer face a créditos de cobrança duvidosa, com as diferenças

PORTUGAL → 100%

ANGOLA → 0%

- provisões para fazer face a perdas de valor das existências, cujas divergências constam do quadro 8

Quadro 8 - Provisões para fazer face a perdas de valor das existências

PORTUGAL	100%	Limite
		Diferença entre o custo de aquisição ou de produção dos inventários e o valor realizável líquido
ANGOLA	Taxa anual	Limite
	Entre 0,5% e 2%	Entre 2,5% e 8%
	Consoante setor de atividade	

Fonte: Elaboração própria

Como nos é dado a perceber pelos esquemas acima apresentados, a dedução das provisões é bastante mais vantajosa para as empresas portuguesas do que para as empresas angolanas, que veem os gastos que podem deduzir fiscalmente muito mais limitados.

A título exemplificativo, apresentamos o caso de uma empresa, com sede em território português, que no ano de 2012 adquiriu uma mercadoria pelo valor de 60.000,00 u.m. Durante o mês de dezembro do mesmo período, a referida empresa alienou mercadorias análogas (em condições normais de mercado) pelo valor de 59.000,00 u.m., tendo suportado custos relativos à venda no valor de 500,00 u.m. No final do período, estimou que o preço de venda seria de 58.000,00 u.m. e os custos de venda 500,00 u.m. Assim, contabilisticamente reconheceu uma imparidade do valor de 2.500,00 u.m.  $[60.000,00 - (58.000,00 - 500,00)]$ . Fiscalmente, o valor aceite como gasto é de 1.500,00 u.m.  $[60.000,00 - (59.000,00 - 500,00)]$ , conforme dispõe o n.º 4 do art. 26.º do CIRC, por remissão do n.º 2 do art. 28.º do mesmo código. Há assim, a necessidade de acrescentar ao resultado líquido 1.000,00 u.m.  $(2.500,00 - 1.500,00)$  (Silva, 2011).

No caso de uma empresa, com sede em Angola, que se depare com uma situação semelhante, e que tenha igualmente constituído um ajustamento contabilístico de 2.500,00 u.m., fiscalmente só poderá deduzir 1% sobre o valor da mercadoria: 600,00 u.m.  $(1\% \times 60.000,00)$ , devendo proceder ao acréscimo de 1.900,00 u.m.  $(2.500,00 - 600,00)$ , por força do disposto no n.º 2 do art. 36.º do CII e na Portaria n.º 668/72.

Relativamente ao mecenato, a legislação fiscal dos dois países exige que o excedente ao limite previsto na lei seja acrescido ao resultado. Fruto de legislação recentemente publicada, também em Angola já é possível a majoração dos mesmos, o que constitui um incentivo para as empresas contribuírem para causas sociais.

No que concerne aos gastos que não são aceites fiscalmente e de que os dois códigos fiscais fazem uma enumeração taxativa, como aliás não poderia deixar de ser, constata-se que o CIRC é significativamente mais abrangente do que o CII ao conter todos os gastos que este permite e abrangendo ainda uma série de outras realidades. Todavia, o CIRC é mais restritivo quanto à possibilidade de dedução de certos gastos, tendo o legislador português em vista, o combate à fraude e evasão fiscais.

## 2.7 TAXAS

Não obstante as taxas dos impostos em estudo serem proporcionais, existem, porém algumas divergências que importa analisar. Após oscilações em ambos os sentidos, a taxa do II situa-se agora nos 35%, prevendo o respetivo código inúmeras exceções, com aplicação de uma taxa inferior. Relativamente ao IRC, desde a entrada em vigor do código que se tem assistido a reduções sucessivas da taxa, que neste momento, para os sujeitos passivos residentes que exerçam, a título principal, atividades de índole comercial, industrial ou agrícola, é de 25%, acompanhadas do alargamento da base tributária e da diminuição dos benefícios fiscais, o que não se tem verificado em Angola. A tendência, a nível internacional,

é precisamente para reduzir as taxas do imposto sobre as sociedades, a fim de atrair o investimento estrangeiro.

Igualmente importante é o facto de não existir em Angola um mecanismo idêntico ao que existe em Portugal para evitar que as empresas incorram em gastos para fins não diretamente relacionados com a empresa, podendo posteriormente deduzir esses gastos - as taxas de tributação autónoma.



### 3\_EXEMPLO PRÁTICO

Partindo de uma situação ficcionada, vamos calcular o imposto que uma empresa suportaria se se encontrasse instalada em Portugal ou se, por outro lado, tivesse sede em Angola.

A *sociedade Alfa, Lda.*, no período de 2012, obteve um volume de negócios de 3.400.000,00 u.m. Considerando os dados a seguir indicados, vamos proceder ao cálculo do imposto a pagar.

**1. A empresa suportou um gasto de 2 500,00 u.m. referente a multa por violação do Código da Estrada.**

Nos termos da al. d), n.º 1 do art. 45.º do CIRC, as multas não são dedutíveis para efeitos fiscais, pelo que esta importância deve ser acrescida ao resultado líquido do período.

Em *Angola*, nos termos da al. c) do art. 40.º do CII, as multas não são consideradas custos ou perdas do exercício, pelo que esta importância deve ser acrescida ao resultado líquido do exercício.

**2. As quotizações pagas à respetiva Associação Empresarial totalizaram 1.500,00 u.m.**

No nosso país, o art. 44.º do CIRC permite a dedução destes gastos até ao limite de 2% do volume de negócios, do valor correspondente a 150% do valor pago. Assim:

Limite:  $2\% \times 3.400.000,00 = 6.800,00$ .

Valor majorado:  $1.500,00 \times 1,5 = 2.250,00$ .

Benefício Fiscal:  $2.250,00 - 1.500,00 = 750,00$ , a deduzir ao resultado líquido.

Consideramos que, na legislação angolana, estes encargos se incluem nas quotas a que faz referência a al. d) do art. 25.º do CII, sendo, portanto aceites como custos.

**3. Em 2011, a empresa adquiriu uma máquina de fotocopiar por 8.000,00 u.m., que reconheceu como ativo fixo tangível e à qual foi atribuída uma vida útil esperada de quatro anos, estando a mesma a ser depreciada pelo método das quotas constantes, numa base anual.**

A *nível nacional*, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro prevê, para estas máquinas, uma vida útil de cinco anos.

Depreciação contabilística:  $8.000,00 \times 25\% = 2.000,00$ .

Depreciação aceite fiscalmente:  $8.000,00 \times 20\% = 1.600,00$ , desde que hajam sido registadas na contabilidade (n.º 3 do art. 1.º do referido Decreto).

Correção a fazer ao resultado líquido:  $2.000,00 - 1.600,00 = 400,00$ , a acrescentar, pois como dispõe a al. c) do n.º 1 do art. 34.º do CIRC, não serão aceites fiscalmente as depreciações que excedam os limites estabelecidos.

Em *Angola*, a Portaria n.º 755/72 prevê, para as máquinas não especificadas na tabela, uma vida útil de dez anos. Assim, temos:

Depreciação contabilística:  $8.000,00 \times 25\% = 2.000,00$ .

Depreciação aceite fiscalmente:  $8.000,00 \times 10\% = 800,00$ .

Correção a fazer ao resultado líquido:  $2.000,00 - 800,00 = 1.200,00$ , a acrescentar, pois como dispõe a al. b) do n.º 1 do art. 31.º do CII, não serão aceites fiscalmente as depreciações que excedam os limites estabelecidos.

- 4. Efetuou vendas de dado produto sujeitas a garantia no montante de 500.000,00 u.m., tendo suportado encargos com garantias a clientes que ascenderam a 4.500,00 u.m. e constituído uma provisão para garantias a clientes no montante de 5.500,00 u.m. Nos anos de 2010 e 2011 as vendas sujeitas a garantia remontaram a 450.000,00 u.m. e 600.000,00 u.m., respetivamente, e os encargos provenientes de garantia a clientes foram, nesses anos, de 3.500,00 u.m. e 4.000,00 u.m.**

Atendendo à *legislação portuguesa*:

Encargos com garantias a clientes suportados nos últimos três períodos de tributação (de 2010 a 2012):  $4.500,00 + 3.500,00 + 4.000,00 = 12.000,00$ .

Vendas sujeitas a garantias efetuadas nos últimos três períodos de tributação (de 2010 a 2012):  $450.000,00 + 600.000,00 + 500.000,00 = 1.550.000,00$ .

Percentagem a que se refere o n.º 5 do art. 39.º do CIRC:  $\frac{12.000,00}{1.550.000,00} \times 100 = 0,77\%$

Provisão aceite fiscalmente:  $500.000,00 \times 0,77\% = 3.850,00$ .

Provisão contabilizada: 4.500,00.

Correção a efetuar:  $4.500,00 - 3.850,00 = 650,00$ , a acrescentar ao resultado.

Em *Angola*, as provisões para garantias a clientes não são dedutíveis, porquanto não se encontram previstas no art. 36.º do CII. Logo, é necessário acrescentar o valor de 5.500,00 ao resultado.

- 5. As perdas por imparidade do período evidenciam um montante de 8.000,00 u.m. que dizem respeito a uma dívida da empresa A, Lda., empresa participada em 12,5% pela sociedade Alfa, Lda., tendo sido, em 2012, reclamado judicialmente 50% daquele montante.**

Em *Portugal*, o valor aceite fiscalmente é 4.000,00 (8.000,00 x 50%), como dispõe a al. b) do n.º 1 do art. 36.º do CIRC.

Os restantes 50% (4.000,00) não serão aceites fiscalmente, em virtude da empresa A, Lda. ser participada em mais de 10% pela empresa Alfa, Lda., conforme preceituado na al. d) do n.º 3 do art. 36.º do CIRC, pelo que deve ser acrescido ao resultado líquido.

Atente-se à divergência de tratamento em *Angola*:

Limite:  $6\% \times 8.000,00 = 480,00$ .

Taxa anual:  $2\% \times 8.000,00 = 160,00$ .

Provisão contabilizada: 8.000,00.

Correção a efetuar:  $8.000,00 - 160,00 = 7.840,00$ , a acrescer ao resultado, conforme determina o art. 36.º do CII e a Portaria n.º 668/72, de 28 de novembro.

Note-se, porém, que esta é uma análise isolada e que, na realidade, pode não existir qualquer correção fiscal a efetuar, porque as percentagens são aplicáveis ao anual de clientes, conforme expusemos no quadro 7.

**6. A empresa possui uma máquina, cujo custo de aquisição, em 2010, foi de 70 000,00 u.m., com a vida útil de 5 anos, tendo sofrido uma perda por imparidade, em 2011, de 9.000,00 u.m.**

Conforme estipulado no Decreto Regulamentar n.º 25/209, em *Portugal*, o período de vida útil é de cinco anos.

No ano de 2011:

Depreciações:  $70.000,00 \times 20\% = 14.000,00$ , valor aceite fiscalmente.

Perda por imparidade não aceite fiscalmente: 9.000,00, como dispõe o art. 38º do CIRC.

No ano de 2012:

Quantia escriturada revista (NCRF 12, §31):  $70.000,00$  (custo de aquisição) –  $28.000,00$  (depreciações acumuladas) –  $9.000,00$  (perda por imparidade) =  $33.000,00$ .

Depreciação contabilística:  $\frac{33.000,00}{3 \text{ (anos de vida útil restante)}} = 11.000,00$  gasto aceite fiscalmente.

Caso não tivesse ocorrido uma imparidade, a depreciação anual aceite fiscalmente seria 14.000,00, logo, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 35.º do CIRC, é possível ainda deduzir ao resultado  $14.000,00 - 11.000,00 = 3.000,00$  ou  $\frac{9.000,00}{3 \text{ (anos de vida útil restante)}} = 3.000,00$ .

De acordo com a legislação angolana, atendendo a que perda por imparidade (provisão) diz respeito a 2011, não terá qualquer efeito no ano de 2012. A depreciação continuará a ser calculada com a mesma base, encontrando-se o resultado já influenciado.

**7. Foram registados os seguintes donativos:**

- a. a uma instituição de assistência a idosos (IPSS): 1.000,00 u.m.;
- b. a uma Junta de Freguesia, com fins de caráter desportivo: 500,00 u.m.;
- c. a uma universidade pública, com fins de caráter educacional: 1 500,00 u.m.

Em *Portugal* deve-se considerar os seguintes aspetos:

- IPSS

Limite:  $8\% \times 3.400.000,00 = 27.200,00$ , como dispõe a al. a) do n.º 3 do art. 62.º do EBF.

Majoração:  $1.000,00 \times 40\% = 400,00$ , a deduzir ao resultado líquido, conforme al. a) do n.º 4 do art. 62.º do EBF.

- Junta de Freguesia e universidade pública

Limite: não tem, como regulamenta o n.º 1 do art. 62.º do EBF.

Majoração:  $(500,00 + 1.500,00) \times 20\% = 400,00$ , a abater ao resultado líquido, conforme al. a) do n.º 4 do art. 62.º do EBF.

Em *Angola*, o limite é de:  $(1.000,00 + 500,00 + 1.500,00) \times 40\% = 1.200,00$ , a deduzir à matéria coletável, como dispõe o art. 12.º da Lei do Mecenato.

**8. Desembolsou 3.500,00 em prémios de seguros de vida para os gerentes.**

No *nosso país*, atendendo a que não tem caráter de generalidade, este valor acresce ao resultado líquido, como dispõe a al. a) do n.º 4 do art. 43.º do CIRC.

No *espaço angolano*, este encargo não é aceite fiscalmente, por força do disposto na al. d) do art. 25.º do CII, logo deve ser acrescido ao resultado.

**9. Durante o ano de 2012 foi alienado um motociclo por 10.000,00 u.m., que havia sido adquirido em 2009. O valor de aquisição foi de 35.000,00 u.m., tendo sido depreciado de acordo com o método das quotas constantes, numa base anual, e foi-lhe atribuído um período de vida útil de 4 anos. Foi manifestada a intenção de reinvestir o valor de realização.**

Conforme estipulado no Decreto Regulamentar n.º 25/209, em *Portugal*, o período de vida útil é de quatro anos.

Valor de aquisição: 35.000,00.

Valor de realização: 10.000,00.

Depreciações praticadas e aceites fiscalmente: 26.250,00.

Coeficiente de desvalorização monetária aplicável: 1,05 (art. 47.º do CIRC e Portaria n.º 401/2012, de 06/12)

Mais-valia contabilística:  $10.000,00 - (35.000,00 - 26.250,00) = 1.250,00$ , a deduzir ao resultado líquido.

Mais-valia fiscal:  $10.000,00 - (35.000,00 - 26.250,00) \times 1,05 = 812,50$  (art. 46.º do CIRC).

Atendendo a que existe a intenção de reinvestir e, sendo essa intenção manifestada na declaração anual de informação contabilística e fiscal, o art. 48.º do CIRC permite que o valor a acrescer ao resultado líquido do período seja de  $812,50 \times 50\% = 406,25$ .

Em *Angola*, o período de vida útil é de quatro anos, supondo que está de acordo com o estabelecido na Portaria 755/72, de 26 de outubro.

Valor pelo qual o motociclo se encontra registado: 35.000,00.

Valor de alienação: 10.000,00.

Amortizações: 26.250,00.

Mais-valia:  $10.000,00 - (35.000,00 - 26.250,00) = 1.250,00$ , que já se encontra refletido no resultado, pelo que não é necessário efetuar qualquer correção.

**10. No início do ano de 2012 a empresa adquiriu uma viatura ligeira de passageiros por 20.000,00 u.m. e registou encargos com a sua utilização no valor de 3.000,00 u.m. Foram ainda contabilizadas depreciações à taxa de 25% pelo método das quotas constantes numa base anual.**

Encargos com viatura ligeira de passageiros:  $3.000,00 + (25\% \times 20.000,00) = 8.000,00$ , sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 10%, conforme prescrevem os n.ºs 3 e 5 do art. 88.º do CIRC. Assim, tributação autónoma:  $8.000,00 \times 10\% = 800,00$ .

Em *Angola*, segundo as al.s a) e b) do art. 25.º do CII, são considerados custos ou perdas do exercício os respeitantes à aquisição de quaisquer bens, incluindo os de transportes, pelo que os encargos acima mencionados, respeitantes à viatura ligeira de passageiros, são aceites fiscalmente e, como já se encontram retratados no resultado, não há qualquer correção a realizar.

Apresentamos no quadro 9 uma síntese do cálculo do imposto em cada um dos países, considerando os seguintes pressupostos:

- empresa com sede em Portugal: resultado líquido de 170.000,00 u.m; imposto estimado de 60.000,00 u.m; taxa de Derrama Municipal é de 1,5%.
- empresa com sede em Angola: tributada pelo grupo A; resultado líquido de 140.000,00 u.m; imposto estimado de 90.000,00 u.m..

## Quadro 9 - Síntese do cálculo do imposto

	PORTUGAL	ANGOLA
Resultado Líquido	170.000,00	140.000,00
Imposto estimado	60.000,00	90.000,00
1. Multa	+ 2.500,00	+ 2.500,00
2. Quotizações	- 750,00	0,00
3. Depreciações	+ 400,00	+ 1.200,00
4. Provisão	+ 650,00	+ 5.500,00
5. Perdas por Imparidade	+ 4.000,00	+ 7.840,00
6. Depreciações	- 3.000,00	0,00
7. Donativos	- 800,00	0,00
8. Seguros de vida	+ 3.500,00	+ 3.500,00
9. Mais-valia contabilística	- 1.250,00	0,00
9. Mais-valia fiscal	+ 406,25	0,00
Lucro Tributável	235.656,25	250.540,00
7. Donativos	0,00	- 1.200,00
Matéria coletável	235.656,25	249.340,00
Taxa	25%	35%
Coleta	58.914,06	87.269,00
Derrama Municipal	+ 3.534,84	0,00
10. Tributação autónoma	+ 800,00	0,00
<b>IMPOSTO S/ RENDIMENTO</b>	<b>63.248,90</b>	<b>87.269,00</b>

Da resolução deste exercício, obtivemos, para os dois casos, uma matéria coletável não muito desigual: 235.656,25 u.m., no caso de a empresa ter sede em Portugal e 249.340,00 u.m., se a sede se situar em território angolano. As diferenças existentes relacionam-se com o facto do normativo angolano restringir a aceitação das amortizações, das imparidades e das provisões, em relação ao português. Há também a questão das mais-valias, que em Portugal determinam a realização de ajustamentos e no caso de reinvestimento do valor de realização, em que o saldo positivo das mais-valias e das menos-valias é considerado por metade do seu valor, e em Angola isso não acontecer. Relativamente à diferença verificada no montante do imposto a pagar: 63.248,90 u.m. no primeiro caso e 87.269,00 no segundo, a explicação reside na disparidade existente entre as taxas de tributação praticadas nos dois países. Não podemos, contudo, deixar de referir os benefícios fiscais que Angola oferece aos investidores, isentando a totalidade ou parte dos rendimentos de imposto, durante um período que pode ir até 10 anos, situação que neste exemplo não foi considerada.

## 4\_CONCLUSÕES

O presente artigo teve por finalidade a análise comparativa do imposto sobre o rendimento das sociedades em Portugal e em Angola, aferindo das diferenças essenciais dos normativos e analisar as consequências fiscais.

As diferenças mais significativas que detetámos entre o CIRC e o CII assentam, essencialmente, nos seguintes motivos:

- O II é um imposto cedular, ao contrário do IRC que é um imposto global, o que vai acarretar inconvenientes de vária ordem aos sujeitos passivos, em virtude de verem os seus rendimentos tributados em sede de vários impostos, muito embora estejam previstas deduções para minimizar esses inconvenientes;
- O facto das pessoas singulares serem tributadas em sede de II, caso exerçam uma das atividades tipificadas;
- As depreciações e amortizações e as provisões que o CII aceita também se distanciam do preceituado no CIRC, que não é tão restritivo nestas matérias;
- Ao nível das taxas de tributação, as disparidades também se fazem sentir. Se por um lado o CII prevê uma taxa de tributação mais agravada do que o CIRC, penalizando, desta forma, os sujeitos passivos, o CIRC, por outro, prevê as taxas de tributação autónoma, que incidem sobre certas despesas, igualmente penalizadoras;
- Os benefícios fiscais são outro setor onde os afastamentos são acentuados. Muito embora ambos os sistemas fiscais contenham diversos benefícios fiscais, nomeadamente para fomentar o investimento externo, certo é que Angola, com a necessidade que tem sentido de atrair investimento estrangeiro, tem usado este mecanismo a fim de se tornar um destino atrativo para o investimento estrangeiro.

Concluimos, igualmente, que, fruto dos benefícios fiscais de que as empresas com sede em Angola usufruem nos primeiros anos de investimento – podem ir até 10 anos –, este país é, sem dúvida, vantajoso, a nível fiscal, para as empresas portuguesas que decidam pela sua internacionalização naquele país. Por seu lado, Portugal, enquanto destino do investimento angolano, fiscalmente é atrativo, pois tem uma taxa de tributação mais baixa do que Angola, uma taxa de tributação efetiva ainda mais conveniente e com tendência a baixar, e, atendendo às alterações que se anunciam, tornar-se-á, decerto, um destino ainda mais privilegiado por parte dos investidores angolanos.

Na relação entre os dois países, titulamos de primordial importância a celebração de CDT, enquanto instrumento de promoção do investimento recíproco entre os países e como meio para reforçar as relações bilaterais, particularmente através do investimento direto.

Pretendemos que este estudo constitua um contributo para a literatura da especialidade. cremos que a investigação nesta área tem um longo caminho a percorrer, pelo que deixamos, modestamente, algumas pistas para trabalhos futuros.

Por um lado, atendendo a que cada vez mais as empresas se constituem em determinado território e operam num outro, sem que aí possuam estabelecimento estável, parece-nos interessante analisar quais as consequências fiscais resultantes deste procedimento, no país da sede da empresa.

Por outro lado, o estudo comparativo efetuado permite-nos levantar um conjunto de hipóteses a serem testadas em investigações futuras.

**Hipótese 1:** *Os benefícios fiscais previstos favorecem a localização em Angola em detrimento da localização em Portugal.* De considerar que a Lei do Investimento Privado veio trazer a possibilidade de, durante um certo período, as empresas que investirem em Angola, estarem isentas de imposto industrial, ou usufruírem de uma redução na taxa que pode ir até aos 50%.

**Hipótese 2:** *As divergências entre o resultado contabilístico e o lucro tributável são mais significativas em Portugal do que em Angola.* Como pudemos constatar, o CIRC é bem mais exigente, quanto às correções a efetuar ao resultado líquido, numa tentativa de evitar a fraude e evasão fiscais.

**Hipótese 3:** *A divergência de taxas de tributação tem impacto significativo no montante de imposto a pagar no período.* Foi-nos possível perceber que empresas nas mesmas condições, pagariam menos imposto em Portugal do que em Angola, sendo que a principal razão responsável por esta situação é a taxa de tributação.

**Hipótese 4:** *A existência de CDT favorece o investimento em países diferentes do país sede da empresa.* Atente-se que, por exemplo, Angola, até à data, não assinou qualquer CDT com nenhum país, o que poderá resultar em consequências fiscais negativas para as empresas.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## Livros, artigos e relatórios

AICEP, P. G. (2012). *Mercados — informação global Angola — Ficha de Mercado*. Retrieved from [http://www.nerba.pt/uploads/files/fichamercado\\_angola.pdf](http://www.nerba.pt/uploads/files/fichamercado_angola.pdf).

AICEP, P. G. (2013). *Relações Económicas Bilaterais com Angola 2008-2012*, Retrieved 2013-04-13, from <http://portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=cb9eabae-9900-4d44-827d-fe39dcd0202b>.

Fiscais, G. T. R. B. (2005). *Reavaliação dos Benefícios Fiscais — Relatório do Grupo de Trabalho criado por Despacho de 1 de maio de 2005 do Ministro de Estado e Finanças*. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal(198).

Nunes, R. C. M. P. (2012). *O Imposto sobre as Sociedades: Comparação entre Portugal e Angola*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

OCDE. (2001). *Portugal: Avaliação Geral e Reforma do Sistema Fiscal*. Lisboa: Administração Geral Tributária.

Sanches, J. L. S., & Gama, J. T. (2010). *Manual de Direito Fiscal Angolano*. Coimbra: Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora.

Silva, J. A. (2011). *Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas 2011 - Determinação da Matéria Coletável e Cálculo do Imposto*. Maia: APECA.

## Legislação Portuguesa

Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro, *Aprova as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística*, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 173 (2009).

Decreto-Lei n.º 45 103/1963, de 1 de julho, *Aprova o Código da Contribuição Industrial*, do Ministério das Finanças, 153 (1963).

Decreto-Lei n.º 215/1989, de 1 de julho, *Aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais*, do Ministério das Finanças, 149 (1989).

Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, *Adapta o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística e procede à sua republicação*, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 133 (2009).

Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, *Aprova o Código Fiscal do Investimento*, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 185 (2009).

Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho, *Introduz medidas de incentivo ao investimento e republica o Código Fiscal do Investimento*, do Ministério das Finanças, 114 (2013).

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, *Estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 178 (2009).

Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, *Aprova a Lei das Finanças Locais*, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, da Assembleia da República, 10 (2007).

Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho, *Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas*, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 130 (2010).

Portaria n.º 401/2012, de 06 de dezembro, *Aprova os coeficientes de desvalorização da moeda*, Ministério da Economia e do Emprego, 236 (2012).

## **Legislação Angolana**

Decreto Executivo n.º 11/1999, de 8 de janeiro, *Fixa a percentagem da taxa adicional a que se refere o n.º 2 do art. 72.º do Código da Contribuição Industrial*, do Ministério das Finanças, 1 (1999).

Diploma Legislativo n.º 35/1972, de 29 de abril, *Aprova o Código do Imposto Industrial*, do Governo-Geral de Angola, 101 (1972).

Lei n.º 18/1977, de 7 de outubro, *Dá nova redação ao art. 72.º do Código do Imposto Industrial*, do Conselho da Revolução, 238 (1977).

Lei n.º 18/1992, de 3 de julho, *Altera o Código do Imposto Industrial*, da Comissão Permanente da Assembleia do Povo, 26 (1992).

Lei n.º 7/1996, de 19 de abril, *Dá nova redação ao art. 32.º do Código do Imposto Industrial*, da Assembleia Nacional, 16 (1996).

Lei n.º 7/1997, de 10 de outubro, *Lei sobre a Tributação de Empreitadas*, da Assembleia Nacional, 47 (1997).

Lei n.º 5/1999, de 6 de agosto, *Aprova o regime de pagamento por antecipação do Imposto Industrial e altera a redação dos art.s 72.º e 78.º do Código do Imposto Industrial*, da Assembleia Nacional, 32 (1999).

Lei n.º 10/1999, de 29 de outubro, *Aprova o novo Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho*, da Assembleia Nacional, 44 (1999).

Lei n.º 18/2011, de 21 de abril, *Altera o Código do Imposto Industrial*, da Assembleia Nacional de Angola, 75 (2011).

Lei n.º 20/2011, de 20 de maio, *Lei do Investimento Privado*, da Assembleia Nacional, 94 C.F.R. (2011).

Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, *Lei do Mecenato*, da Assembleia Nacional 12 (2012).

Portaria n.º 668/1972, de 30 de novembro, *Aprova a tabela das taxas e dos limites das provisões*, do Governo-Geral de Angola, 228 (1972).

Portaria n.º 755/1972, de 26 de outubro, *Aprova as tabelas referentes às taxas anuais de reintegração e amortização dos elementos do ativo sujeitos a deperecimento*, do Governo-Geral de Angola, 251 (1972).

